

HUMANAS E SOCIAIS

V.9 • N.3 • 2022 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2022v9n3p582-595



O OLHAR DE PROFISSIONAIS A RESPEITO DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

THE VIEW OF PROFESSIONALS REGARDING CHILD AND ADOLESCENT MENTAL HEALTH: A SYSTEMATIC REVIEW

LA OPINIÓN DE LOS PROFESIONALES SOBRE LA SALUD MENTAL DE LOS NIÑOS Y ADOLESCENTES: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA

Ana Mairli Pessoa Lima¹

Matheus Tierry Borges Lima Lopes²

Tays Moisés de Azevedo³

Carla Renata Braga de Souza⁴

Jordan Prazeres Freitas da Silva⁵

RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática a respeito do olhar dos profissionais acerca da Saúde Mental infantojuvenil. Realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com a busca pelos descritores: Adolescência, adolescentes, criança, infantil, infantojuvenil, saúde mental e profissionais. Os achados na base de dados Scielo totalizaram 33 artigos, somados de 18 encontradas na Biblioteca Virtual em Saúde e 6 no PubMed, totalizando 57 trabalhos a serem analisados. Desse total, foram excluídas 47 publicações, por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Logo, foram selecionados 10 artigos para a presente análise, tendo em vista sua relação ao tema central da questão norteadora. Dos dez artigos selecionados, cinco sobre patologização infantojuvenil, seis sobre o papel da família no contexto do cuidado em saúde mental e nove abordam sobre articulação entre serviços e intersetorialidade do cuidado. Para uma melhor explanação destes assuntos, estes foram organizados a partir de três categorias. Constata-se que nas produções literárias brasileiras dos últimos cinco anos ainda há uma considerável escassez de estudos que abordem as compreensões acerca do cuidado em saúde mental infantojuvenil por meio do olhar de profissionais que participam ativamente da Rede ou se relacionam de alguma forma com ela.

PALAVRAS-CHAVE

Saúde Mental. Cuidado em Saúde. Revisão Sistemática.

ABSTRACT

This study aimed to carry out a systematic review about the professionals' view on child and adolescent mental health. A bibliographical survey was carried out in the Scielo, PubMed and Virtual Health Library (VHL) databases, using the descriptors: Adolescence, adolescents, child, infant-youth, mental health and professionals. The findings in the Scielo database totaled 33 articles, added to 18 found in the Virtual Health Library and 06 in PubMed, totaling 57 works to be analyzed. From this total, 47 publications were excluded for not meeting the established inclusion criteria. Therefore, 10 articles were selected for the present analysis, considering their relation to the central theme of the guiding question. Of the ten articles selected, five were about pathologization of children and teenagers, six about the role of the family in the context of mental health care, and nine approached the articulation between services and intersectoriality of care. For a better explanation of these subjects, they were organized into three categories. It can be seen that in the Brazilian literary productions of the last five years there is still a considerable scarcity of studies that address the understandings about mental health care for children and adolescents through the eyes of professionals who actively participate in the Network or relate in some way to it.

KEYWORDS

Mental Health. Health Care. Systematic Review.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo realizar una revisión sistemática sobre la visión de los profesionales de la salud mental de los niños y adolescentes. Se realizó un estudio bibliográfico en las bases de datos Scielo, PubMed y Biblioteca Virtual de Salud (BVS), utilizando los siguientes descriptores: Adolescencia, adolescentes, niños, infanto-juvenil, salud mental y profesionales. Los hallazgos en la base de datos Scielo sumaron 33 artículos, sumados a 18 encontrados en la Biblioteca Virtual de Salud y 06 en PubMed, totalizando 57 trabajos a analizar. De este total, se excluyeron 47 publicaciones por no cumplir los criterios de inclusión establecidos. Por lo tanto, se seleccionaron 10 artículos para este análisis, teniendo en cuenta su relación con el tema central de la pregunta orientadora. De los diez artículos seleccionados, cinco trataban sobre la patologización de los niños y adolescentes, seis sobre el papel de la familia en el contexto de la atención a la salud mental y nueve abordaban la articulación entre los servicios y la atención intersectorial. Para una mejor explicación de estos temas, se organizaron en tres categorías. Se constata que en las producciones literarias brasileñas de los últimos cinco años todavía hay una considerable escasez de estudios que aborden las comprensiones

sobre el cuidado en salud mental infantil y adolescente a través de la visión de los profesionales que participan activamente en la Red o se relacionan de alguna manera con ella.

PALABRAS-CLAVE

Salud mental. La atención sanitaria. Revisión sistemática.

1 INTRODUÇÃO

A escassez de estudos e investimentos durante séculos em políticas públicas voltadas para o público infantojuvenil é uma das principais problemáticas que ainda assolam os tempos atuais, resvalando até mesmo na definição dessa faixa etária, tendo em vista que são várias as classificações e divergências quanto a essas fases de desenvolvimento (RIBEIRO, 2006).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), criança é todo indivíduo com idade entre o intervalo de 0 a 9 completos, e adolescentes aqueles com idade de 10 a 18 anos completos. Já a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é definido como criança indivíduos com idade dentro do intervalo de 0 a 12 anos incompletos, e adolescentes aqueles no intervalo cronológico dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990a; OMS, 2020).

Apesar das classificações cronológicas serem importantes na orientação investigativa e epidemiológica, salienta-se que esse é apenas um dos fatores que devem ser levados em consideração, tendo em vista que as crianças e adolescentes são indivíduos biopsicossociais, e consequentemente apresentam outras dimensões que compõem o seu desenvolvimento (BRASIL, 2014).

A atenção voltada à Saúde Mental de crianças e adolescentes é um tema recente, que passou a ser uma questão de saúde pública no Brasil, somente, por meio da regulamentação das Leis Orgânicas nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 do Sistema Único de Saúde (SUS) e da criação do ECA, partir da Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Tomando estas e outras conquistas alcançadas nos últimos anos, este público passa a ser reconhecido enquanto sujeitos de direitos e responsabilidades, atribuindo ao SUS a função de promover o direito à vida por meio da efetivação de políticas públicas, se tornando esse um dos principais desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira (BRASIL, 1990b; BRASIL, 1990c).

Dentre as articulações realizadas na atenção em Saúde Mental, tem-se a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), caracterizada como uma rede de atenção em Saúde Mental voltada para o atendimento interdisciplinar e integral dos indivíduos, pela articulação de ações e serviços nos mais variados níveis de complexidade. Dentre os serviços ofertados, encontra-se o Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), voltado para o público infantojuvenil em sofrimento psíquico grave, intenso, ou que fazem uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2011).

Ressalta-se que com a criação do ECA e dos CAPSi, deu-se um grande salto nesse segmento, dando espaço para a criação e efetivação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Uma vez que a elaboração

delas se iniciou tardiamente e, por muito tempo, estiveram voltadas somente para o público adulto. Apesar disso, as políticas públicas destinadas público infantojuvenil – objeto de nossa pesquisa –, ainda perpassam por um processo de construção e amadurecimento, refletindo na falta de consolidação de investimentos feitos nos cuidados a sua Saúde Mental, deixando esse público desassistido (BRASIL, 2014; COUTO, 2015)

Desse modo, tem-se a necessidade da articulação de uma rede intersetorial de saúde mental, surgindo a partir da importância de garantir o cuidado integral, sobretudo para crianças e adolescentes. Sendo assim, é essencial que haja um cuidado que conte com a atuação de profissionais de diversas áreas, ações e serviços que atuem de maneira integrada, fortalecendo a atuação em rede baseada no conceito ampliado de saúde (BRASIL, 2014).

A rede de cuidado e atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes, embora não tenha um funcionamento fortalecido, quando comparado ao dos adultos, sua articulação se dá de uma maneira peculiar: as relações pessoais se sobressaem em detrimento ao institucional. Isto quer dizer que, a regulação e manutenção dessa rede se dá a partir do conhecimento que os profissionais têm uns dos outros e do território onde as crianças e adolescentes estão. Portanto, é imprescindível conhecer a visão que os profissionais compartilham a respeito da rede de saúde mental, considerando a articulação ou não dos serviços, instituições e pessoas que a compõem, a fim de fortalecer os pontos que estão mais fragilizados. Se não há o conhecimento por parte deles sobre a complexidade da rede a qual atuam, não há como intervir de uma maneira eficaz (NUNES *et al.*, 2019; NUNES *et al.*, 2020).

A partir da afirmativa, justificando-se de que esses profissionais que atuam diretamente na promoção do cuidado voltado para saúde mental de crianças e adolescentes, ou mantém alguma interlocução com esta prática, são pessoas que conhecem de perto e atuam diretamente com esse público. Logo, eles possuem amplos conhecimentos sobre as facilidades e dificuldades encontradas, desde a singularidade de cada criança e adolescente até uma visão mais ampla sobre a rede de Saúde Mental. Face o exposto, este estudo tem por objetivo realizar uma revisão sistemática a respeito do olhar dos profissionais acerca da Saúde Mental infantojuvenil.

2 METODOLOGIA

A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que busca responder a uma pergunta específica, para isso, se utiliza de uma metodologia sistemática e explícita para selecionar e avaliar estudos na literatura, possibilitando analisar dados, comparar resultados coincidentes e conflitantes, trazer uma síntese sobre os principais artigos referentes à área abordada, além de auxiliar na orientação de futuras investigações (CASTRO, 2001).

A escolha pela revisão sistemática parte do princípio de que ela possibilitará uma visão mais abrangente acerca do tema central, tendo em vista que ela se divide em etapas, que são, de acordo com a Colaboração Cochrane: formulação da pergunta; localização dos estudos; avaliação crítica dos estudos; coleta de dados; análise e apresentação dos dados; interpretação dos dados e aprimoramento e atualização da revisão (ROTHER, 2007).

Para o desenvolvimento deste estudo, primeiramente foi delimitada a questão problema e definidos os objetivos deste trabalho. Posteriormente, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão das publicações, feito o levantamento bibliográfico em diferentes bases de dados, a análise dos trabalhos encontrados e, por fim, apresentação dos resultados e sua discussão.

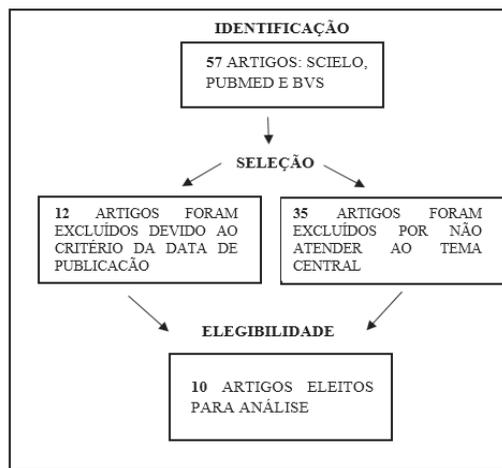
O estudo foi norteado a partir da seguinte pergunta: o que foi produzido na literatura científica a respeito do olhar do profissional acerca da rede de atenção e cuidado na saúde mental de crianças e adolescentes?

A partir disso, em fevereiro e março de 2020 foi realizado o levantamento bibliográfico, nas bases de dados da Scielo, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com a busca pelos descritores: Adolescência, adolescentes, criança, infantil, infantojuvenil, saúde mental e profissionais. Posteriormente, foram delimitados os critérios de inclusão e exclusão dos artigos. Para serem incluídos seria necessário abarcar o tema sobre a visão de profissionais acerca da rede de saúde mental, serem textos completos e apresentar a data de publicação entre os últimos cinco anos (de 2015 a 2020). No mais, os critérios de exclusão foram: Ter sido publicado em anos anteriores à 2015, não ser texto completo e se distanciar do tema proposto.

3 RESULTADOS

Os achados na base de dados Scielo totalizaram 33 artigos, somados de 18 encontradas na Biblioteca Virtual em Saúde e 06 no PubMed, totalizando 57 trabalhos a serem analisados. Desse total, foram excluídas 47 publicações, por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Logo, foram selecionados 10 artigos para a presente análise, tendo em vista sua relação ao tema central da questão norteadora.

Figura 1- Identificação, seleção e elegibilidade dos artigos



Fonte: Autores.

Dos 10 artigos selecionados, 2 eram do ano de 2015, 1 de 2017, 2 de 2018, 4 de 2019 e 1 de 2020, evidenciando que não houve nenhuma publicação sobre o tema central referente ao ano de 2016 nas bases de dados pesquisadas. Quanto à metodologia empregada, todos os 10 artigos são de caráter qualitativo.

Ademais, a respeito dos cenários e dispositivos os quais ocorreram as pesquisas, estiveram presentes 2 dispositivos do sistema de medidas socioeducativas, 3 do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), 2 da Atenção Básica em Saúde (ABS) e 3 artigos optaram por realizar as entrevistas englobando diversos profissionais da rede intersetorial de cuidado, como a área da Saúde, Educação, Assistência Social e de Justiça e Direito.

4 DISCUSSÃO

Diante da análise dos artigos que contemplam os critérios desta pesquisa, foi possível elencar quatro temáticas que aparecem recorrentemente na discussão de seus resultados. Dos dez artigos selecionados, cinco sobre patologização infantojuvenil, seis sobre o papel da família no contexto do cuidado em saúde mental e nove abordam sobre articulação entre serviços e intersetorialidade do cuidado. Para uma melhor explanação destes assuntos, estes foram organizados a partir de três categorias, apresentadas nas seções seguintes.

Categoria 1 – A patologização infantojuvenil, a medicalização em massa e o discurso biomédico

Nessa categoria foi perceptível o quanto a temática da patologização infantojuvenil é recorrente, pois, dos 10 artigos, 5 tratam do tema. Dentre estes, Nunes e outros autores (2019), ressaltam uma crítica ao discurso biomédico, que reduz as crianças e adolescentes ao enquadramento de um diagnóstico, generalizando-os e intervindo no tratamento, principalmente, por meio de medicamentos. Isso revela a desconsideração a respeito da importância dos fatores biopsicossociais nesse processo e do trabalho interdisciplinar com outras profissões.

Ainda nesta perspectiva, Belotti e colaboradores (2018), Cid e outros autores (2017) e Gomes e colaboradores (2015), em seus trabalhos, apresentam sobre o fenômeno de banalização do uso de medicamentos para o público infantojuvenil. Apontam para uma errônea compreensão dos fármacos como única alternativa eficaz para intervir e amenizar o sofrimento psíquico.

A pauta psicopatologização e medicalização tratadas pelos autores acima, evidencia uma discussão necessária na área estudada para o público a quem se remete. Na atualidade, explicita-se um crescente processo médico-hegemônico que está transformando, artificialmente, questões não médicas, eminentemente de cunho social, político e cultural, em problemas médicos. Este fenômeno constata, cada vez mais, uma predominância do olhar biológico e organicista, em detrimento do binômio indivíduo-sociedade e sua importância para a constituição psíquica do sujeito (KAMERS et al., 2015).

Ribeiro, Ribeiro e Deslandes, (2019), trazem no artigo produzido por eles, uma entrevista realizada com profissionais em uma unidade com jovens que cumprem medidas de internação socioeducativas. Dentre as temáticas abordadas, salienta-se a preocupação em não rotular os adolescentes que ali

frequentam, não os definindo e rotulando-os a partir de uma patologia, ecoando assim os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Os estereótipos e rótulos que são construídos em sociedade acabam por influenciar a maneira como o indivíduo se posiciona em sociedade, relacionando com o que foi apontado anteriormente, tendo em vista que não enxergam nesse sujeito capacidades de exercer sua autonomia de forma satisfatória. Ou seja, o estigma paralisa o indivíduo (SAFATLE; DA SILVA JÚNIOR; DUNKER, 2018).

No estudo de Gomes e colaboradores (2015), em uma entrevista com médicos sobre os atendimentos infantis é relatado por esses profissionais que todas as histórias são muito parecidas e que eles não saberiam detalhar os casos em específico. O artigo ainda cita que uma das justificativas dadas pelos médicos, para não investigar na vida do público infantil é que aquela não é função deles, uma vez que irão encaminhar para o atendimento em outros serviços, ou seja, o profissional tem uma visão reduzida do que seria saúde, não entendendo ou considerando os determinantes sociais para a saúde mental bem como a história do paciente pode vir a influenciar na construção do seu Projeto Terapêutico Singular (PTS).

A cartilha de Atenção Psicossocial a Criança e adolescente no SUS (2014) traz o acolhimento universal e encaminhamento implicado como uma das principais diretrizes, mostrando a importância de os profissionais estarem atentos às especificidades de cada caso e as suas necessidades, encaminhando de forma corresponsabilizada, promovendo a construção de uma rede fundamental para o cuidado com este público. Entretanto, é possível notar, assim como percebido nas entrevistas de Gomes e colaboradores (2015), que há um descuido presente na formação destes profissionais que se reveste em uma prática que ainda mantém uma série de dificuldades no cuidado intersetorial e na produção de uma saúde que leva em consideração a articulação das dimensões biológica, psíquica e social.

Categoria 2 – O papel atribuído à família no contexto da saúde mental infantojuvenil

Dentre os seis trabalhos que abordam a temática, Silva e outros autores (2019), salientam a importância da família para o bom desenvolvimento de estratégias da atenção básica em saúde, tendo em vista que ações de promoção e prevenção apresentam resultados melhores quando contam com a participação da família e comunidade no tratamento do indivíduo em sofrimento psíquico.

De acordo com o VI Princípio dos Direitos Universais da Criança (1959), a criança necessita do amor e compreensão por parte da família e da sociedade, cabendo a estes proporcionar o amparo, com responsabilidade, por meio do afeto e segurança moral e material. Desta forma, salienta-se que a família expressa um papel de grande relevância na produção da saúde mental de crianças e adolescentes, não só por responderem socialmente por estes indivíduos, enquanto menores de idade, mas principalmente por se caracterizarem enquanto um núcleo de influência marcante no desenvolvimento e promoção da saúde.

Belotti e colaboradores (2018), Nunes e outros autores (2019) ressaltam a participação da família no processo terapêutico como um pilar indispensável, tendo em vista que são sujeitos em desenvolvimento e ainda dependentes de seus pais, afetiva, social e economicamente. Apesar disso, evidenciam que a participação da família na criação do PTS, mesmo em seu caráter fundamental, ainda representa um grande desafio a ser resolvido.

Já no que se refere ao contexto escolar, Cid e outros autores (2019), em uma entrevista com profissionais da educação, constataram que a maioria dos entrevistados afirmou que a origem do sofrimento psíquico infantojuvenil está na família, principalmente pela adoção de condutas violentas, uso de drogas, ou até mesmo dificuldades em atribuir regras e limites.

Frente ao exposto, é perceptível um jogo de troca de responsabilidades referente ao cuidado em saúde mental infantojuvenil. Algo que não deveria ocorrer, pois de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990d), os direitos fundamentais das crianças e adolescentes são de responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, sendo eles ampliados com a criação do ECA que inclui o dever à proteção integral desses indivíduos (BRASIL, 1990a).

Gomes e colaboradores (2015), Ribeiro, Ribeiro e Deslandes, (2018), retratam a visão que alguns profissionais têm referente à associação da pobreza e desestruturação dos arranjos familiares com a existência de demandas relacionadas à saúde mental, como uma espécie de determinismo baseado em conhecimento empírico dos sujeitos atendidos. De acordo com eles, aquela que se diferencia da família nuclear formada por pai, mãe e filhos, seria um determinante predominante de sofrimento mental nas crianças, agravado mais ainda, se a família fosse de condições financeiras precárias.

Assim como afirmado por Gomes e colaboradores (2015), uma criança pertencente a uma família nuclear não necessariamente estará livre de problemas familiares, pois vários casais não conseguem lidar com seus conflitos e estresses e acabam por provocar nos filhos déficits nos domínios comportamental, afetivo e cognitivo, resvalando também no funcionamento neurotransmissor e cardiovascular. Ou seja, o distanciamento de um modelo nuclear não necessariamente implicará em sofrimento mental nas crianças e adolescentes.

Categoria 3 – A intersetorialidade e interdisciplinaridade na Saúde Mental infantojuvenil

Uma temática que também foi amplamente discutida se direcionou à importância da articulação entre diferentes profissionais e setores dentro da Rede, recorrente em 9 dos 10 artigos. Um ponto que se destaca é a respeito da necessidade de conhecer a rede de atenção psicossocial, para posteriormente conhecer suas potencialidades de redirecionamento e cuidado (RIBEIRO; RIBEIRO; DESLANDES, 2018; NUNES *et al.*, 2019; NUNES *et al.*, 2020).

A fragmentação existente na rede é um dos obstáculos na consolidação do princípio de integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Desse modo, de acordo com Gomes e colaboradores (2015), Nunes e outros autores (2019) e Nunes e outros autores (2020) faz-se necessária a construção de um território dinâmico que possibilite que o sujeito tenha autonomia e possibilidades de transitar na rede, sem focar em uma instituição somente ou em algumas especialidades médicas, possibilitando aos profissionais uma visão abrangente e interligada dos indivíduos que perpassam essa rede.

Salvador e Pio (2016), ressaltam a importância da articulação de uma rede que produza um cuidado em saúde mental que possa se desvencilhar do discurso médico hegemônico. Assim como estes autores, Belotti e colaboradores (2018) e Nunes e outros autores (2020), trazem em seus estudos uma análise da articulação entre os profissionais e os setores necessários no cuidado com a infância e adolescência, trazendo como um dos principais desafios a efetivação de um Apoio Matricial resolutivo na atuação das equipes de saúde mental.

O Apoio Matricial se configura enquanto um método para a Rede de Atenção à Saúde (RAS) que visa proporcionar uma maior integração dialógica e corresponsabilização entre diferentes setores e profissões da área da saúde pública. Denota-se uma prática de cuidado e construção compartilhada que proporciona uma atuação colaborativa e interdisciplinar entre as equipes dos diferentes níveis de complexidade da RAS (BRASIL, 2011).

Pegoraro e outros autores (2014), ressalta que a prática do matriciamento na Rede de saúde mental, quando exercida de forma correta, tem grande resolutividade, principalmente, tratando-se da comunicação e encaminhamentos entre a Atenção Básica e os CAPS. Contudo, enfatiza-se que, assim como também defendido pelos autores citados acima, o enfoque no modelo biomédico, a falta de incentivo e de aprimoramento das equipes em relação a prática do apoio matricial na saúde mental, são fatores que precisam de atenção. Estas adversidades ainda são mais marcantes quando se trata do cuidado com crianças e adolescentes por colidirem com peculiaridades desse público, que ainda são encaradas como dificuldades por muitos profissionais do meio.

Outro ponto salientado no artigo de Silva e outros autores (2019), é a respeito da insuficiência de ações específicas para adolescentes nas UBS, em comparação com o público infantil. Produzindo assim uma prática recorrente de encaminhamento dos jovens para serviços especializados.

Também pode-se observar nas discussões de Nunes e outros autores (2019) e Nunes e outros autores (2020), a importância do papel desempenhado pela atenção primária, tendo em vista que seus pontos de atendimento, geralmente, estão mais próximo dos usuários possibilitando a vinculação e o acolhimento das demandas, identificando diversos problemas de saúde e direcionamentos aos demais serviços da rede intersetorial (NUNES *et al.*, 2019; NUNES *et al.*, 2020).

Atualmente é notável um percurso rumo a confecção de uma Rede de Atenção Psicossocial desinstitucionalização, inclusiva e cada vez mais com ações presentes na comunidade. De acordo com Sinibaldi (2013), a Atenção Primária pode significar a porta de entrada para muitos usuários em busca de cuidados e é nesta onde pode-se chegar diversas queixas referentes à saúde mental infantojuvenil. A autora salienta que orientações e um conhecimento adequado da demanda favorece para que o indivíduo não passe atendimentos dispensáveis e possibilita uma maior resolutividade de muitos casos sem, necessariamente, ter que encaminhar para outros serviços.

Nota-se também que, segundo apontado por Cid e outros autores (2019), há uma ineficácia da comunicação entre a escola e os demais serviços públicos referentes à criança e ao adolescente em sofrimento psíquico, ocasiona encaminhamentos poucos eficazes, marcado pela fragmentação e falta de continuidade dos acompanhamentos a este público. Nunes e outros autores (2019) ainda vem ressaltar que o cuidado com a saúde mental na infância e adolescência não pode se restringir somente a instituições especializadas, mas também em espaços destinados à educação e lazer do público infantojuvenil.

Ao tratar da saúde mental tanto na infância como na adolescência, Cid e Matsukura (2014) apontam a necessidade de, cada vez mais, estar atento a influência dos cenários que atravessam a vida nestas fases. Como exemplo, o âmbito escolar está plenamente presente na vida, da infância à adolescência, e é necessário atentar-se para as condições que este ambiente está disposto a proporcionar possibilidades de promoção e preservação da saúde mental do público infantojuvenil, vinculado

assim a uma articulação com outros espaços e partindo da premissa da instituição está inserida, de alguma forma, dentro da Rede de cuidado.

Referente ao atendimento por parte das equipes especializadas ao público infantojuvenil, muitos dos profissionais relatam a escassez de diretrizes para norteá-los no dia a dia nas instituições, ficando eles muitas vezes sem saber o que fazer em muitas situações. Além do que, também há uma grande carência de materiais e recursos para trabalhar com esse público. Logo, cabe salientar que esses são aspectos que causam impactos diretos e relevantes no processo de tratamento, tendo em vista que pode até mesmo desmotivar os profissionais em seus trabalhos (MUYLAERT *et al.*, 2015).

Arantes e colaboradores (2019), relata que foi preciso mais de uma década para o amadurecimento de umas RAPS efetiva no cuidado de crianças e adolescentes, compreendendo suas demandas e especificidades e, dessa forma, podendo pensar em intervenções específicas, não mais validades pela mesma ótica que pauta as problemáticas e tratamentos de indivíduos adultos.

O autor enfatiza que a constituição desta Rede precisa ser compreendida em sua dimensão viva e colaborativa. Diante disso, entende-se que o investimento e prática dos cuidados voltados para o público infantil e adolescente, só foram e são possíveis graças ao empenho e envolvimento dos profissionais, de diferentes especialidades e setores, com a promoção da saúde mental para estes indivíduos. Atualmente, ainda é visto diversos entraves na implementação de serviços específicos para o público infantojuvenil, sendo imprescindível a presença do discurso de profissionais implicados com a causa para que a RAPS continue a evoluir frente às demandas de crianças e adolescentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que nas produções literárias brasileiras dos últimos cinco anos ainda há uma considerável escassez de estudos que abordem as compreensões acerca do cuidado em saúde mental infantojuvenil por meio do olhar de profissionais que participam ativamente da Rede ou se relacionam de alguma forma com ela. Entretanto, a partir dos artigos selecionados, foi possível verificar as temáticas que frequentemente atravessam a pauta da saúde mental na infância e adolescência.

Nos artigos analisados nota-se diferentes localidades de atuação dos profissionais entrevistados. Com isso, é possível verificar que o cuidado com crianças e adolescentes, seja no âmbito da educação, da saúde ou da cultura, está sempre articulado com a uma pluridimensionalidade de fatores que atravessam a vida desses indivíduos, conseqüentemente, a promoção da saúde mental não escapa a esta lógica e muito menos se reduz ao interior de consultórios.

Perante os conteúdos levantados nos artigos analisados, foi perceptível um teor crítico quanto a patologização infantojuvenil, a medicalização em massa e o discurso biomédico. Foi observado uma unânime defesa da importância atribuída à família, seja qual for sua configuração, no contexto da saúde mental infantojuvenil, ressaltando tanto sua influência na promoção do cuidado como também sua contingência adoecedora. Quanto a prática intersetorial e interdisciplinar, levanta-se toda sua

potencialidade na produção do cuidado, entretanto nota-se o apontamento de diversos desafios que ainda surgem na atualidade sobre a construção dessas articulações.

Com estas conclusões, examina-se que os estudos apontam para muitos dilemas a serem resolvidos. De forma alguma invalidando todas as conquistas e amadurecimentos já presentes na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes, é necessário levar em consideração todo o atraso histórico de investimento e inclusão nas políticas públicas que ainda deixam marcas no cuidado para com este público, ressaltando que é essencial promover, nos profissionais de saúde e na sociedade em geral, reflexões a respeito da importância desse cuidado, enfatizando composição de uma RAPS efetiva que ofereça uma assistência integral em consonância com as particularidades do público.

É fundamental frisar que a discussão realizada a partir do ponto de vista presente nos artigos selecionados, não busca generalizar e nem tem por intenção esgotar as perspectivas ou novas indagações que venham a surgir no contexto da saúde mental infantojuvenil. Esta revisão, no lugar de findar os questionamentos, tem por pretensão instigar novas problematizações e investigações acerca do tema proposto.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ricardo Lugon *et al.* Um convite para a construção de redes de cuidado à infância e adolescência: ousadia, potência e impacto do projeto percursos formativos na saúde mental infantojuvenil. **Cadernos do Cuidado**, Internacional, v. 3, n. 1, p. 78-87, 12 jul. 2019.

BELOTTI, Meyrielle *et al.* Concepções de profissionais de saúde sobre as atribuições de um centro de atenção psicossocial infanto-juvenil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, 2018.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 1, 1990.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**: 20 de novembro de 1959. Assembleia das Nações Unidas. 1959

BRASIL, Governo Federal. **Lei 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília-DF, Brasil, 1990.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS**: tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Rede de atenção psicossocial. Atenção básica em saúde**. Brasília (DF), 2011.

CASTRO, Aldemar Araujo. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2001. Disponível em: <http://www.usinadepesquisa.com/metodologia/wp-content/uploads/2010/08/meta1>. Acesso em: 28 mar. 2020.

CID, Maria Fernandes Barboza; MATSUKURA, Thelma Simões. Problemas de saúde mental em escolares e seus responsáveis: um estudo de prevalência. **Revista de Terapia Ocupacional**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2014.

CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth; GASPARINI, Danieli Amanda; FERNANDES, Luiza Helena de Oliveira. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-posições**, v. 30, p.1-24, 2019.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.17-40, maio 2015.

GOMES, Fernanda Márcia de Azevedo; CINTRA, Ana Maria de Oliveira; RICAS, Janete; VECCHIA, Marcelo dalla. Saúde mental infantil na atenção primária à saúde: discursos de profissionais médicos. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 1, p.244-258, mar. 2015.

KAMERS, Michele *et al.* **Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência**. São Paulo: Escuta, 2015.

MUYLAERT, Camila Junqueira; ROLIM NETO, Modesto Leite; ZIONI, Fabiola; REIS, Alberto Olavo Advincula. Vivências de trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil: organização social de saúde e prefeitura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p.3467-3476, nov. 2015.

NUNES, Cristiane Kenes *et al.* Atenção intersetorial em saúde mental na infância e adolescência: para além da instituição saúde. **Revista de Pesquisa: Cuidado e Fundamental**, p. 232-237, 2020.

NUNES, Cristiane Kenes *et al.* Saúde mental infantojuvenil: visão dos profissionais sobre desafios e possibilidades na construção de redes intersetoriais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, 2019.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **World Health Organization**. Adolescent health, c2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1. Acesso em: 29 mar. 2020.

PEGORARO, Renata Fabiana; CASSIMIRO, Tiago José Luiz; LEAO, Nara Cristina. Matriciamento em saúde mental segundo os profissionais da estratégia da saúde da família. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 19, n. 4, p. 621-631, dez. 2014.

RIBEIRO, Débora Stephanie; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; DESLANDES, Suely Ferreira. Discursos sobre as demandas de saúde mental de jovens cumprindo medida de internação no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3837-3846, 2019.

RIBEIRO, Débora Stephanie; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; DESLANDES, Suely Ferreira. Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00046617, 2018.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da Saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República velha. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p.29-38, abr. 2006.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p.5-6, jun. 2007.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SALVADOR, Daniel Barboza; PIO, Danielle Abdel Massih. Apoio Matricial e Capsi: desafios do cenário na implantação do matriciamento em saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 246-256, 2016.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTIN, Gisele; KLAFFE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 146-160, 2011.

SILVA, Jaqueline Ferreira da; MATSUKURA, Thelma Simões; FERIGATO, Sabrina Helena; CID, Maria Fernanda Barboza. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p.1-14, 2019.

SINIBALDI, Barbara. Saúde mental infantil e atenção primária: relações possíveis. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 62-71, 2013.

WHO – World Health Organization. **Adolescent health, c2020**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/adolescent-health/#tab=tab_1. Acesso em: 13 jun. 2020.

Recebido em: 11 de Junho de 2022

Avaliado em: 30 de Junho de 2022

Aceito em: 9 de Agosto de 2022



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA.
E-mail: mairli99999@gmail.com

2 Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA.
E-mail: matheustierrybl@gmail.com

3 Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA.
E-mail: tays.spfc53@gmail.com

4 Doutora e mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Psicanalista. Docente Universitária e coordenadora da Especialização em Saúde Mental, pesquisadora no Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA; Membro do Programa de Extensão Clínica, Estética e Política do Cuidado – CEPC da Universidade Federal do Ceará – UFC; Membro da Clio - Associação de Psicanálise. E-mail: carlarenatabs@gmail.com

5 Mestre e Doutorando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA; Especialista em Teoria Psicanalítica pela Faculdade Futura – FUTURA; Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA; Professor Universitário da Faculdade Plus (CE); Psicólogo na Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará – ESP/CE. E-mail: jordanpraazer@gmail.com

Copyright (c) 2022 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.